**QUEM APRENDE A ESCREVER CONHECE O PESO DA CANETA: A PNA E A DESVALORIZAÇÃO DOCENTE**

Carolina de Oliveira Ramos Guente - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Samara Deutsch do Nascimento - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Stefanny Sodré de Azevedo - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**Resumo**

Este trabalho busca uma breve análise a respeito da Política Nacional de Alfabetização/PNA instituída no ano de 2019 a 2022. A problemática que embasa essa discussão é o apagamento docente alinhado com a lógica tecnicista e prescritiva presentes no livro do professor que encontra-se como material norteador implementado nas políticas de alfabetização. As proposições contidas no material "Livro do professor", presente no Eixo 2 do programa Tempo de Aprender, nos ajudam a analisar os caminhos do professor alfabetizador estabelecido dentro das práticas na PNA, (BRASIL, 2019), pensando nos diversos significados e sentidos que podem se traduzir para alfabetização. Objetiva-se não apenas apontar percalços desta política, mas também, observá-la com criticidade para além de uma narrativa homogeneizada do fazer docente.

Palavras-chave: Desvalorização Docente; Política de Alfabetização; PNA; Tempo de Aprender

**“Em todos os sentidos sou real!”**

*“Ó, quem aprende a escrever*

*Conhece o peso da caneta (pois é)*

*O poder, a dor, o prazer, o que for (o que for)*

*O que sair dessa gaveta (aham)*

*Entre os milhares de olhares (milhares de olhares)*

*São milhões de frustrações (milhões)*

*Todo orgulho e migalha engolidos (todo orgulho e migalha)*

*Em trilhões de prestações (aham)”*

DJONGA

A escolha da música de Djonga para este trabalho, se dá em meio às possíveis traduções de sentidos que podem ser observados a partir da análise da Política Nacional de Alfabetização. Olhamos para o campo de disputas que sucedeu a implementação desta política, junto a ausência da menção do professor em sua elaboração. Percebemos seus significados, que curiosamente fazem uma alusão entre a letra do cantor e a PNA, ecoando sons, sentidos, e discursos frenéticos e retumbantes incorporando a política aqui citada e a vivência crítica do autor, que nos atravessa e desafia a pensar cada verso poetificando através da nossa análise. Os caminhos aqui apresentados, são vivências do cotidiano de três professoras em formação que “entre os milhares de olhares”, no exercício da profissão, encontram “milhões de frustrações”. As políticas de alfabetização, que não deixam de ser curriculares, se mostram como “trilhões de prestações”, com sua característica prescritiva, principalmente, no que tange o material escolhido por nós como foco de análise, o livro “Práticas de alfabetização - Livro do professor alfabetizador” que constitui uma das ações do Tempo de aprender, indicado como um material de apoio pedagógico destinado à alfabetização e para professores no último ano da Educação Infantil, 1º e 2º ano do Ensino Fundamental. Se situa no eixo 2: 2.1 Sistemas on-line, recursos digitais e softwares de apoio à alfabetização, à literacia e à numeracia, “Práticas de alfabetização - estrategias”. O então Ministro da Educação, Milton Ribeiro (2019-2022), inicia o documento afirmando o compromisso com a alfabetização e com a formação de professores. Ao fim, há uma menção aos professores e ao documento como um presente aos docentes. O material é descrito como “articulado de qualidade, baseado em evidências científicas e em práticas exitosas de alfabetização.” (MEC, 2019).

Por parte de sua implementação, há uma defesa e busca por uma ideia de qualidade tanto na produção do material, quanto na execução por parte dos professores. Discutir sob o ponto de vista de qualidade, é muito contraditório, afinal, quem garante essa qualidade? Qual o sentido de qualidade é mobilizado? Notamos na escrita do documento um sentido de controle e relação de poder, que já de antemão, nos possibilita a tradução de significados no que diz respeito ao discurso político do então governo. Os parâmetros para elaboração do material, são os cursos disponíveis no AVAMEC - Ambiente Virtual de Aprendizagem, plataforma virtual elaborada pelo MEC com diversos cursos formativos para os professores, a respeito da alfabetização, que reúnem conteúdos para professores no “Tempo de Aprender”. Outro ponto que ressaltamos, é a forma como o material se refere mecanicamente ao processo de alfabetização, como se o sujeito a ser alfabetizado necessitasse de conhecimento previamente estabelecido para então, ser adquirido com sucesso.

A política é “em todos os sentidos real!”, os materiais deixam rastros para a formação docente. Ela é real não apenas por sua existência, mas por fazer parte da defesa de um discurso que contempla um interesse. O que incomoda - e aqui destacamos - é o modo como se entende a formação dos professores. Apenas como uma receita? ou de fato, considerar os saberes adquiridos ao longo da formação e experiência docente? Percebemos que dentro do Livro do professor, o professor não é tido como protagonista, mas sim um coadjuvante que “aplica” e reproduz os conteúdos instrumentalizados nesta ação.

Nós três, enquanto pesquisadoras do campo do Currículo fomos instigadas a investigar a formação oferecida através de propostas curriculares dentro da PNA, e quais sentidos essa política significa e ressignifica o fazer docente. O que nos chama atenção, ao debruçarmo-nos com o livro do professor, é como este livro possui uma lógica instrumental, que limita e desdobra um sentido de qualidade por meio de um material que mostra “o que fazer”.

Quem aprende a escrever, conhece o peso da caneta. Gostamos do título, pois nele há um importante sentido nessa política, uma vez que, como professoras em formação, percebemos que o peso da caneta é o papel docente, que vem sendo desafiado a parâmetros de qualidade como indicado no material, sem considerar esse aluno, seu contexto e as contingências que o atravessa. O peso da caneta é ainda mais evidenciado quando não é o professor quem escreve, e quem necessariamente faz parte dessa política. “Quem aprende a escrever” é como vemos o sentido que a PNA atribui a escrita, a alfabetização como algo prescritivo, que pode ser simplesmente receitado para ser qualificado. É engessado, não considera seus atravessamentos, seus milhares de olhares, parte de um único olhar, homogeneizado e fixado a uma concepção de sujeito que não possui suas subjetividades.

A partir do livro “Práticas de alfabetização - Livro do professor alfabetizador” percebemos uma característica homogeneizada, que aqui ilustra o peso da caneta. Entre o “orgulho e migalhas engolidos”, os percalços desta profissão e de tais políticas projetam a prática de modo tecnicista, tendo os alunos sob uma perspectiva universalizada do ser. Além de uma ação e produção sistematizada no qual os docentes cumprem apenas o que é proposto neste material de “apoio pedagógico”. O peso da caneta institucionaliza políticas que por vezes mostram-se desconsiderar o professor em sua ação. Nota-se que há lacunas em torno do fazer docente nas perspectivas políticas presentes neste livro, com isso, ao observarmos a PNA percebemos uma nítida ausência no que se refere aos professores na construção desta política.

**“E eu não sou de fazer trato mas se eu eu fiz eu vou cumprir”**

Em seu som, o cantor em tom de denúncia, anuncia e renuncia sua contrariedade ao fazer o trato, mas garante o cumprimento e assim como na música, as políticas através de seus materiais,dialogam com interesses envoltos numa relação de poder. A ideia do material é um “trato” entre o Livro do Professor e aos professores que o flow[[1]](#footnote-0) da composição nos possibilita traduzir para o seu cumprimento, no entanto, acreditamos em um currículo que se movimenta através das relações, que se dá por meio de partilhas de saberes, vivências e experiências. O cumprimento deste “trato”, ainda que se referindo a uma política, será posto em prática considerando seus saberes. Não há como dissociar ou “apagar” o conhecimento prévio.

Não há como negar, afinal, as lutas por significações políticas ocorrem no que se refere a construção de políticas fixadas. O discurso presente na PNA nos indica consonância com um lugar de disputas (LOPES E MACEDO, 2011, p. 228) e de fixação, deste modo, as políticas constituídas são intrinsecamente permanentes através destes materiais, e subjetivamente enraizadas dentro dos programas intencionalmente como um processo de identificação ao sujeito.

O livro do professor é um dos recursos utilizados para implementação de uma política nacional de alfabetização cujo objetivo é melhorar os índices de analfabetismo do país. Lançamos a mesma pergunta presente na letra de Djonga “E quanto tempo cê perdeu pra tentar ser um pouco nós?”

Como um guia que contempla e concretiza os significados diante das políticas de alfabetização enunciadas por este governo, é possível perceber através do livro do professor, uma perspectiva engessada de saberes, o livro nos indica um olhar tecnicista de educação. A ausência de professores na escrita do material nos permite questionar o papel dentro desta política, que focaliza a docência na lógica disciplinar, desconsiderando outros aspectos presentes na relação aluno-professor, o que nos chama atenção, não é só a ausência na construção das políticas de alfabetização, mas também como o material reduz as possibilidades presentes neste espaço. Percebemos um interesse em instrumentalizar a ação do docente por trás de uma argumentação de qualidade, impondo como qualidade padrões e referenciais estáticos. Percebe-se que há uma intenção dessas políticas, não apenas para desvalorizar ou ausentar o professor de seu trabalho, mas sim, implementar uma concepção tecnicista e uma relação de controle, através das políticas de alfabetização para estreitar a relação de autonomia que o professor tem a respeito do seu trabalho.

**Considerações finais**

O campo das políticas de alfabetização é um campo em constante negociação. As articulações são necessárias para que o campo das políticas educacionais não sejam relevadas apenas por manobras de interesses homogeneizantes, afinal, aqui defendemos o currículo como produção de sentidos (LOPES E MACEDO, 2011, p. 227) que estabilizam as políticas de alfabetização e a formação docente. Defendemos a participação do professor como uma possibilidade de expandir os sentidos em torno do referencial de qualidade presente no material, e no que se refere a implementação da PNA. Nosso interesse não é negar as políticas de alfabetização, mas sim, pensá-las COM os cotidianos e os saberes abarcados nas experiências contidas no contexto escolar e na relação aluno-professor.

**Referências**

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. PNA. Política Nacional de Alfabetização/Secretaria de Alfabetização. Brasília: MEC, SEALF, 2019

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Teorias de currículo. São Paulo: Cortez, 2011.

1. Em Inglês, a palavra é traduzida para “fluxo” que é a combinação de ritmo, rima, e contexto utilizado no RAP, é o jogo harmônico de palavras que se encaixa na melodia. [↑](#footnote-ref-0)